

**Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento.
e Desenvolvimento Rural.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Sérgio Souza)**

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir a atual política do trigo e propor medidas para o seu aperfeiçoamento, visando recuperar a renda e o emprego no período de inverno por meio do crescimento da rentabilidade, da produção e da produtividade.

Deverão ser convidados para participar da audiência as entidades e os representantes abaixo relacionados: Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, Representante do Ministério da Fazenda, Representante da CONAB, Presidente da OCEPAR, Presidente da FAEP, Presidente da FARSUL, Presidente da ABITRIGO, Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária CNA, Representante da EMPRAPA – Chefe do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo – Passo Fundo RS.

Justificativa

O cenário atual prevê para o Brasil, segundo a CONAB, a produção de trigo estimada para 2015 de cerca de 6,7 milhões de toneladas de trigo e importação em torno de 5,8 milhões de toneladas. A dependência externa do produto representa cerca de 50% do nosso consumo. Apesar disso, nos

últimos anos, o produtor tem enfrentado problemas na comercialização de suas safras.

A conjuntura da economia brasileira, no momento, demanda da atividade tritícola incremento de produção e produtividade, bem como a dos entraves para a comercialização da safra. Agregue-se ainda as a elevação dos custos de importação em função da desvalorização da nossa moeda.

Assim, torna-se necessário uma discussão aprofundada que possa orientar a tomada de decisões de apoio ao consumo e o incremento de oferta do trigo nacional, no curto e no médio prazo, fundamentada na incorporação de novas tecnologias e em princípios de sustentabilidade.

Neste contexto, torna-se necessário: a) - avaliar os atuais instrumentos de política agrícola; b) - indicar propostas concretas para melhoria da atividade tritícola no País e; c) - eliminar os entraves que reduzem a rentabilidade e inibem a expansão da triticultura nacional.

Sala da Comissão, em 29 de Setembro de 2015.

Sérgio Souza
Deputado Federal
PMDB/PR